

El sentimiento de arraigo territorial en segundo-residentes en la costa del estado de Paraná, Brasil

The feeling of territorial belonging in second-residents in the coast of Paraná-Brazil

Luiz Ernesto Brambatti

Universidad Federal del Paraná-Sector Costero

lebramba@gmail.com

Recibido/Received: 26/05/2018

Aceptado/Accepted: 24/07/2018

RESUMEN:

Este estudio aborda el sentimiento de arraigo territorial en segundo-residentes en los municipios balnearios de la Costa del Estado brasileño de Paraná: Matinhos, Guaratuba y Pontal do Paraná. Estos asentamientos inician en este territorio de una forma aún tímida en la década de 1920, ocupando franjas cercanas a la Costa, siguiendo el modelo de urbanización para el ocio y segundas residencias de Europa.

Aunque algunos autores señalan que en el turismo en segundas residencias no hay arraigo local (O'Reilly, 1995; Müller, 2002; Aronsson, 2004; Duval, 2004), a partir de investigaciones en Europa, este estudio busca identificar elementos en los propietarios de segundas residencias en la Costa del Paraná que puedan indicar enlaces de arraigo con los territorios donde hicieron sus inversiones. La investigación utilizó indicadores de arraigo territorial ya probados por Gubert y Pollini (1992). El objetivo es verificar si hay modelos referenciales en cuanto a valores y las posibles causas de un comportamiento isonomo o diferenciado en los tres municipios investigados.

La metodología utilizada para el estudio de situaciones complejas como el sentimiento de arraigo territorial es una combinación de estudio de caso, con investigación cuantitativa, utilizando la técnica de cuestionarios (Survey). Se aplicaron 280 cuestionarios, buscando responder al problema planteado: ¿habría una relación de competencia entre los residentes en los balnearios, con una perspectiva localista y los segundo-residentes, que frecuentan el territorio ocasionalmente, desde una perspectiva cosmopolita?

Palabras clave: Turismo residencial, Arraigo Territorial, Litoral de Paraná

ABSTRACT:

This study approaches the feeling of territorial belonging in second-residents in the seaside municipalities of the Coast of Paraná, Brazil: Matinhos, Guaratuba and Pontal do Paraná. These settlements began in this territory in a still timid way in the 1920s, occupying tracks near the ocean's edge, following the model of urbanization for leisure and second homes in Europe.

Although some authors point out that in tourism in second residences there is no sense of local belonging (O'Reilly, 1995; Müller, 2002; Aronsson, 2004; Duval, 2004) from investigations in Europe, this study seeks to identify elements in the owners of second residences in the Coast of Paraná that can indicate links of belonging with the territories where they invested. The research used the quantitative research, through the application of a survey, using indicators of territorial belonging already tested by Gubert and Pollini (1992). The objective is to verify reference patterns regarding values and possible causes of an isonomy or differentiated behavior in the three municipalities investigated.

The methodology used for the study of complex situations as the feeling of territorial belonging is a combination of case study, with quantitative research, using the technique of questionnaires (Survey) with 280 questionnaires to were applied, trying to answer the problem: would there be a competition relationship between the residents in the baths, with a localist perspective and the second-residents, who occasionally attend the territory, from a cosmopolitan perspective?

Keywords: Residencial tourism, Territorial Belonging, Paraná Coast

I. INTRODUCCIÓN

A evolução da urbanização e dos fluxos de mobilidade populacional nos destinos litorâneos do Brasil, quer com migrações de outros países, da Argentina para as praias de Santa Catarina e de europeus, para as praias do Nordeste, tem sido objeto da Sociologia no estudo na interação social entre os segmentos sociais dos residentes e dos não residentes ou residentes temporários, ou migrantes sazonais, que não pertencem à comunidade permanente. A mobilidade populacional com a motivação do ócio e lazer e a interação social em lugares turísticos, na forma do turismo em segundas residências, tem sido objeto de investigação de um campo específico da Sociologia, a Sociologia do Turismo. Interessa neste estudo, identificar o grau de pertencimento territorial dos segundos-residentes nos locais onde investiram e gastam seu tempo livre de ócio.

Vários autores concordam que estes deslocamentos se associam ao aparecimento de estilos de vida e estratégias residenciais relacionadas primeiramente com a função do ócio e com projetos de vida mais próximos da busca da autorealização pessoal e com a conquista de uma melhor e intangível qualidade de vida. (Huete y Mantecon, 2011, p.112 citado em Gustafson 2009; Huete, 2009; O'Reilly & Benson, 2009).

Huete, Mantecon & Mazon (2009, p.84) afirmam que “fenômeno das segundas residências está vinculado à concepção de qualidade de vida e a busca de uma paisagem diferenciada de seu cotidiano, evocando valores estéticos e modos de vida de um passado mais ou menos real a um contexto de pós-modernidade, de urbanização (...) como um fenômeno social vinculado às formas de mobilidade e o incremento da complexidade do estilo de vida, que dão lugar a novas formas de habitação que são características das sociedades modernas”. Del Pino afirma que “la gran demanda la constituía una sociedad orientada al ocio, entendido como escape de la ciudad, acercamiento a la naturaleza y a la vida auténtica, ya fuera en su versión ruralizante o en su versión “heliolitoralizante”. Siendo esta segunda, la demanda de sol y playa, la que estableció las bases para el desarrollo de la segunda residencia en su versión más impactante: el turismo residencial”. (Del Pino, 2012, p.176)

Historicamente, o hábito dos nobres e patricios europeus de deslocarem-se para passar períodos de ócio e lazer em domicílios distantes da residência principal, em casas de campo,

montanha, vilas de veraneio, foi o que deu origem ao que hoje se pode identificar como residências secundárias, popularizadas em cidades litorâneas e de montanha, em que o principal objetivo do deslocamento é de afastar-se dos aglomerados urbanos industriais. Este fenômeno chamou-se no passado de *villegiatura* e, atualmente, de turismo residencial ou turismo em segundas residências. O termo teve origem na Itália, definido como o fenômeno associado ao gozo do ócio e do tempo livre em Villas ao longo de rios, casas de montanha, praias, em determinados períodos do ano, nem sempre associado à férias, mas às estações do ano, sem objetivo fiduciário.

Na Europa essa ocupação se deu principalmente no campo, mas no Brasil, este tipo de ocupação ocorreu no litoral. A ocupação da orla marítima pelas primeiras “casas de veraneio” e a apropriação da praia como local de lazer, iniciou-se no Brasil no final do século XIX e na primeira década do século XX, depois de surgirem os balneários e as estações termais (Silva, 2010, p. 68), destinadas para fins terapêuticos e o que seria responsável pelo início da produção de residências secundárias e do turismo ligado as estações hidrominerais frequentadas pela média e alta elite brasileira (Oliveira & Lima, 2010, p.9).

Aos poucos, o território beira-mar do Litoral do Paraná, foi sendo compartilhado por pescadores e veranistas. A medida curativa que o banho de mar assumiu, certamente contribuiu para tornar popular o uso da praia como espaço de lazer e férias, embora por muitas décadas tenha perdurado a concepção apenas de subsistência do mar (Oliveira & Lima, 2010, p.9). Na virada do Século XXI, inúmeras cidades haviam sido criadas e ocupam atualmente o território litorâneo, representando as propriedades e domicílios de segundos residentes, uma média de 65 % que os de residentes permanentes (45%), formando uma tessitura urbana fantasma fora da temporada, na orla oceânica.

A praia então passou por um movimento de refuncionalização completa, que proporcionou que as praias do litoral brasileiro se inserissem na difusão ideológica de morar a beira mar, mesmo que temporariamente, pensamento propagado pelo sentimento romântico do velho mundo. A consolidação da praia como atrativo turístico, baseado na lógica “sol e praia” transformaram as zonas litorâneas em mercadoria nobre, virando moda ter uma casa na praia para a elite e a classe média brasileira. (Claval, 2010 e Pereira, 2006). Os principais fatores que influenciam na popularização das residências secundárias, segundo Oliveira & Lima (2010, p.10) são o crescimento urbano, as melhorias sociais, o desenvolvimento tecnológico e das comunicações, causas econômicas, fatores sociais e culturais.

Jurdão (1979) no clássico livro que deu início às abordagens investigativas do turismo residencial na Espanha, *Espanha en Venta*, assim caracterizava o fenômeno: 1) São novos núcleos urbanos, 2) não estão conectados com o núcleo tradicional, 3) o único laço que une o novo espaço com o velho é estar sob o controle administrativo da mesma prefeitura, 4) a maioria dos habitantes dos novos imóveis são proprietários dos mesmos, 5) a maior parte dos proprietários são estrangeiros; 6) é uma população heterogênea e não permanente, 7) existem frequentes transações de imóveis; 8) tudo isso dificulta a vida comunitária, 9) finalmente a renda dos novos habitantes é mais alta do que os residentes tradicionais.

Já Mazon & Aledo (2005, p. 18-19), definem o turismo residencial como “uma atividade econômica que se dedica à urbanização, construção, venda de casas que conformam o setor extra-hoteleiro, cujos usuários as utilizam como alojamento para veraneio ou residir, de forma permanente ou semipermanente, fora de seus lugares de residência habitual, e que respondem a novas formulas de mobilidade e residencialidade de sociedades avançadas”.

existência de somente um assentamento, e que se viu nesta condição por uma contingência geográfica. (Sampaio, 2006a, p. 53).

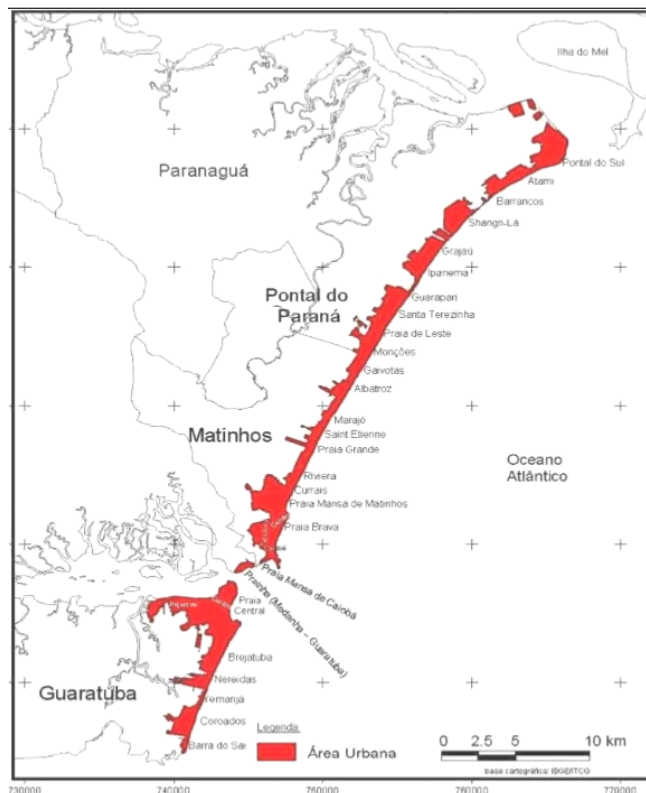
No Paraná o uso balneário começou no início do século XX. A praia inicialmente era o atrativo, mas, com a instalação de infraestruturas destinadas ao uso balneário somaram-se outros: a busca por tranquilidade, as festividades, o lazer, o flerte, a paquera e a crença nas propriedades terapêuticas do banho de mar. Inicialmente o local mais procurado era a Ilha do Mel pela facilidade de acesso. (Esteves 2011, p. 101).

Antes deste novo interesse pelas áreas litorâneas para a construção de segundas residências, as vias existentes eram apenas aquelas que visavam o escoamento da produção ou o abastecimento. Foram por estas motivações que se construíram as ligações entre as cidades portuárias de Paranaguá e Antonina e o planalto curitibano, a Estrada da Graciosa e a ferrovia, ambas no final do século XIX (Wachowicz, 2001), e aquela, apenas carroçável, que acompanhando os sopés da serra da Prata fazia a comunicação entre as colônias de imigrantes, lá instaladas na segunda metade do século XIX, e Paranaguá, e que, nos anos de 1916 e 17, foi melhorada e estendida até a baía de Guaratuba, no Porto Parati, de modo a atenuar o isolamento de Guaratuba e favorecer seu desenvolvimento, denominada de Estrada do Alboit ou Estrada das Colônias (Bigarella, 1999 e Sampaio, 2006a, p. 54).

As estradas foram fundamentais para a construção das novas cidades balneárias, o que passou a ser significativo a partir da construção da Estrada do Mar, inaugurada em 29 de julho de 1927, pelo então governador Caetano Munhoz da Rocha, ligando a antiga estrada Curitiba-Paranaguá através do Posto Fiscal à Praia de Leste, de onde o trajeto até Caiobá era feito pela praia. Além de facilitar o acesso e, conseqüentemente atrair para a região os primeiros veranistas, a estrada favoreceu também a abertura de comércios rudimentares, explorados por pessoas que se estabeleceram em Matinhos. (Ribeiro, 2008 p. 6).

A primeira via do litoral paranaense, feita para o fim específico do uso balneário, foi a Estrada do Mar (atual PR407), que estabeleceu a ligação entre Paranaguá e a orla oceânica, lá terminando, quase perpendicularmente, aproximadamente no ponto médio da Planície de Praia de Leste. O ponto de partida, Paranaguá, já era a cidade mais importante da região, constituindo com Curitiba o principal do fluxo entre o litoral e o planalto (por ferrovia e rodovia), e era, também, a cidade mais próxima do oceano, já com esta condição de estar ligada por vias ao planalto. A outra ponta, entretanto, era apenas a praia, e não havia ali qualquer particularidade geográfica ou assentamento que atraísse o traçado para aquele ponto, do que se pode inferir a existência de um objetivo de desenvolvimento para toda esta faixa de orla, já que do local em que a Estrada do Mar toca a praia, há quase equidistância em relação aos extremos norte e sul da planície (18 km até o Pontal do Sul e 22 km até a ponta de Caiobá), e a praia, desde muito, era utilizada como via carroçável, o que franqueava o acesso de toda esta orla aos veículos, a partir de um ponto mediano. (Sampaio, 2006a, p. 58).

Figura 2 - Urbanização da Costa do Paraná



Fonte: Vanhoni (2009) Esteves (2011, p. 102)

Três balneários foram lançados praticamente em simultaneidade com a abertura da estrada, em 1926, e a construção da ponte sobre o rio Guaraguaçu, em 1928: o primeiro loteamento de Matinhos em 1925, a Vila Balneária de Praia de Leste, em 1928, e a Vila Balneária do Morro de Cayobá, como era então chamada, em 1930 (Bigarella, 1999).

A Vila Balneária Praia de Leste, não prosperou e se desenvolveu apenas a partir do início da segunda metade do século, e Matinhos e Caiobá, que progrediram, foram os primeiros assentamentos paranaenses surgidos para o fim específico do uso balneário (Sampaio, 2006a, p. 59).

Bigarella (1999), comentando o insucesso da Vila Balneária de Praia de Leste, relata que à sua época inicial, nela foi inclusive construído um hotel, mas que a preferência dos banhistas era por Matinhos, Caiobá e Guaratuba. O que é compreensível, porque estes três assentamentos se localizam em sítios notáveis na verdade nos três únicos pontos da orla oceânica paranaense marcados pela proximidade de serras e morros e/ou pela presença de costões rochosos, que, além da forte qualidade paisagística que imprimem, engendram pequenas enseadas, com ondas menores, que se distinguem de todo o resto, formado por praias contínuas. Já a Vila Balneária Praia de Leste se encontra na absoluta planura, e em um ponto de uma praia contínua, com ondas maiores, sem qualquer outra referência que não o término da estrada (Sampaio, 2006a, p. 60).

Em 1929, Augusto Blitzkow iniciava os preparativos para o loteamento da “Vila Balneária do Morro de Cayobá”, que na época viviam apenas 4 famílias de pescadores (Bigarella, 1999). Em abril de 1930, foram adquiridos os seis primeiros alqueires de terra, incluindo o Morro de Cayobá. Posteriormente a área de loteamento foi ampliada para 57 alqueires”. Entre os primeiros banhistas de Caiobá, estavam Ernesto Siegel, Guilherme Nickel, Alfredo Nickel, Margarida Langer, Albino Osternack, Eugênio Gelbert, Walter Scott Veloso e Oscar Schrappe.

Com o loteamento, iniciaram-se também as destruições da vegetação de restinga e das pequenas dunas, além da ocupação das encostas do morro, apesar de o Código Ambiental de 1934 já prever a proteção de dunas e das encostas de morros (Ribeiro, 2008 p.7).

A sede urbana do município começou a ser loteada e urbanizada nos primórdios da década de 1930, inicialmente por Carlos Ross e depois por Max Roesner, gerando as primeiras grandes modificações no ambiente natural como o aterramento das faixas de mangue que compunham a Praia Central (Ribeiro, 2008 p. 7).

A partir da década de 1950 o crescimento demográfico e econômico do Paraná, alicerçado principalmente na agricultura, refletiu no aumento da procura pelos balneários, influenciando no crescimento da ocupação da orla. Sampaio (2006a, p. 175, afirma que o fim da II Grande Guerra provocou o sentimento de otimismo em relação ao desenvolvimento econômico, que no Brasil se materializou na metade da década com o fortalecimento da política de industrialização do país. No Paraná, houve a construção e pavimentação de uma série de troncos rodoviários que proporcionou o acesso às praias para um público de todas as regiões do estado.

Na década de 1970 ocorreram dois fatos marcantes relacionados com a ocupação e a urbanização. O primeiro, iniciado na década de 1960 em Caiobá, foi a verticalização; o outro a inauguração, em 1977, do trecho da PR-402, asfaltado, ligando Praia de Leste a Pontal do Sul, completando a ligação asfáltica de toda a planície da praia de Leste com uma estrada paralela e próxima ao mar. No processo de verticalização, inicialmente ocorreu a liberação de até 4 pavimentos e posteriormente apareceram construções mais altas em Matinhos, principalmente Caiobá, e Guaratuba. Em Pontal do Paraná as edificações raramente passam de 4 pavimentos (Sampaio, 2006b, p. 203).

Observa Esteves (2011, p.110) que “nas décadas de 1970 e 1980, período da crise do petróleo e advento do neoliberalismo, continuou o processo de loteamento do Litoral. Neste período foram aprovados 53 novos loteamentos balneários (29 nos anos de 1970 e 24 na década de 1980). Dos aprovados na década de 1970, 17 foram em Matinhos, 4 em Guaratuba e 8 em Pontal do Paraná”. Na década seguinte, começaram a surgir loteamentos irregulares e ocupações clandestinas próximas da Orla e também junto ao Parque Saint Hilaire- Lange, criado em 23 de maio de 2001, pela Lei Federal 10.227.

Segundo Esteves (2011, p.122), os três municípios balneários do Litoral do Paraná concentram 91 % das segundas residências de toda a região.

II.2 Segundas residências e pertencimento territorial

Para que seja considerada como uma residência secundária, adquirida ou alugada, a Organização Mundial do Turismo (OMT -2001) reconhece a residência que não é utilizada habitualmente pela unidade familiar, cumprindo as seguintes condições:

- Não constituir a residência principal da unidade familiar,
- Ser uma residência destinada à recreação, férias, lazer ou outras atividades que não seja o exercício de uma atividade remunerada para um ou demais membros da unidade familiar;
- Ser visitada de forma ocasional ou sazonal por um ou demais membros da unidade familiar.

No Brasil, o censo estatístico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) considera as segundas residências como “domicílios de uso ocasional” e em Portugal (Instituto Nacional de Estatística de Portugal), como “unidade de alojamento ocasional ou estacional”.

Pollini (1992, p.62) ao definir residência, coloca três elementos que formam a unidade da habitação: a habitação, a vizinhança e a área natural do entorno. Destaca ainda elementos objetivos e subjetivos deste pertencimento: A dependência do lugar; satisfação em ter a própria residência, formando uma unidade de compreensão a habitação e os vizinhos; a dimensão da comunidade e a densidade da população; características físico-ambientais do ambiente; período ou duração da residência; características étnicas; características dos serviços; classe

social e o estilo de vida; ligações interpessoais, familiares e associativas; homogeneidade dos valores e dos costumes.

Ainda a unidade habitacional apresenta alguns outros elementos que formam a comunidade humana, como a a *posição biológica*, a *propriedade do uso do solo* e o *status* decorrente do local onde está localizada a habitação, como símbolos de posição social. A habitação constitui o território da organização humana. (Pollini, 1992, p.58)

Esta proposta de estudo utilizará o elemento da unidade habitacional, a residência e a propriedade do uso do solo em lugares turísticos. Como o objeto deste estudo é a segunda residência no espaço “litoral”, lugar do ócio e do lazer, escolheu-se a variável “sentimento de pertencimento” como um dos elementos para a análise, uma vez que se busca saber qual o grau de envolvimento, participação e comprometimento dos segundos-residentes com o desenvolvimento das comunidades locais.

O sentimento de pertencimento local traduz o que Weber (1982) denomina de “ação afetiva que nasce puramente do sentimento, como uma conduta menos racional, na comunidade tradicional. Segundo Weber (1982), o que caracteriza uma comunidade tradicional é estar distante dos “atos que caracterizam a sociedade moderna, como o mercado de trabalho, o mercado de produtos e a empresa capitalista”.

A investigação encontra referências também nos inúmeros trabalhos publicados por Raquel Huete, Tomás Mazón & Alejandro Mantecón, da Universidade de Alicante, ES; por Renzo Gubert & Gabriele Pollini (1992), da Universidade de Trento, IT.

Tuan denomina de *topofilia* o sentimento associado ao lugar. Este sentimento pode ser difuso e associado ao ambiente ou à paisagem. “Os estímulos sensoriais são potencialmente infinitos: aquilo a que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar) é um acidente do temperamento individual, do propósito e das forças culturais que atuam em determinada época”. (Tuan, 1974. p. 129). Segue dizendo que topofilia podem ser “os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida”. (Idem, p. 106)

As pessoas sonham com lugares ideais. A praia é um destes lugares que exercem uma atração mágica, “pelas reentrâncias das praias, que sugerem segurança, e pelo horizonte aberto para o mar, o que sugere aventura. Além disso, o corpo humano, que normalmente desfruta apenas do ar e da terra, entra em contato com a água e a areia. A praia também é banhada pelo brilho direto e refletido da luz do sol, porém a areia cede à pressão, penetrando entre os dedos do pé e a água recebe e ampara o corpo”. (Idem p. 131). O sentimento topofílico é maior quando associado a fatos que marcaram a vida da pessoa naquele lugar, e que de alguma forma “santificaram a cena”, no dizer de Tuan e que estão vinculadas a uma experiência.

Ter uma segunda residência num lugar de beleza estética, como a praia, deriva de um desejo de perpetuar uma experiência efêmera, advinda quase sempre de um passeio turístico, no qual não se pode aprofundar a relação com a natureza e o lugar, somado as insatisfações de viver em cidades onde se tem pouco tempo e contato para sentir a natureza.

III. METODOLOGÍA

O objetivo deste trabalho é investigar o fenômeno do pertencimento local de segundos-residentes nos municípios balneários de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná, no litoral do Paraná. O método que parece ser mais adequado para o estudo de situações complexas como do sentimento de pertencimento local no fenômeno do turismo em segundas residências é uma combinação de estudo de caso, pesquisa exploratória empírica múltipla, com análise comparativa entre os três municípios investigados a partir de dados quantitativos e qualitativos.

O primeiro passo metodológico é o estudo do fenômeno: a segunda residência em destinos turísticos litorâneos como mobilidade populacional. Para esta etapa, foram utilizadas fontes bibliográficas da Universidade de Alicante, através dos textos de Thomas Mason, Alejandro Mantecón, Raquel Huete, Antonio Aledo, Julio Del Pino e de Francisco Jurdão. A análise sociológica propicia definir as relações causais e estruturais que deram origem ao fenômeno. Que tipo de evolução segue o fenômeno? O fenômeno teria a mesma causa e os mesmos fatores

estruturais no litoral do Paraná nos três municípios investigados? Pode-se estabelecer um padrão de referência quanto ao objeto? Haveria uma relação de competição entre os residentes (perspectiva localista) e os segundo-residentes (perspectiva cosmopolita), conforme afirma Gubert e Pollini (1992)?

O segundo passo metodológico foi a elaboração e aplicação do instrumento de pesquisa nos municípios de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná, utilizando a amostragem estatística não probabilística, com variáveis quantitativas para a definição do tamanho mínimo da amostra, segundo a fórmula online de Santos (2017).

Considerou-se para o cálculo amostral os dados disponíveis na plataforma de dados do IBGE, censo 2010, considerando-se a tabela de domicílios particulares e de uso ocasional, interpretados como sendo segundas residências. Utilizou-se para o cálculo o nível de confiança de 90 % e a margem de erro amostral de 5%. Os instrumentos foram aplicados por escolha aleatória de respondentes, desde que fossem enquadrados no objeto do estudo, fossem os proprietários dos imóveis, não se fazendo distinção do sexo do respondente.

Tabela 1: População, domicílios e segundas residências nos municípios investigados

Município	população residente	domicílios ocupados	domicílios de uso ocasional	%	Domicílios vagos	total de domicílios	Amostra
Matinhos	29.428	9.761	21.411	64	1.928	33.164	100
Guaratuba	32.095	10.061	12.178	51	1.734	24.024	100
Pontal do Paraná	20.920	7.099	17.695	65	2.470	27.329	80
totais	82.443	26.921	51.284	60,68	6.132	84.517	280

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do IPARDES/BDE (2011) /IBGE – 2010 in Esteves (2010, p. 121)

O questionário apresenta 27 questões e foi aplicado nos municípios, de acordo com a amostra no período de temporada de verão, quando as residências estão ocupadas por seus proprietários, entre dezembro e março de 2016. O tratamento de dados foi efetuado de julho a dezembro de 2017.

O terceiro passo metodológico foi o tratamento de dados coletados através dos programas Excel, CSV e JASP, cujas plataformas permitem formatar tabelas, estatísticas e gráficos. Após o tratamento dos dados, passou-se a análise comparativa dos dados coletados visando estabelecer os elementos comuns que possam definir um padrão de referência de pertencimento local para segundos-residentes nos municípios investigados.

IV. ANÁLISES DE RESULTADOS

A proximidade dos municípios balneários com a capital do estado, Curitiba, justifica os índices de procedência dos segundo-residentes. Guaratuba apresenta um percentual de 81% proveniente de Curitiba, seguido de Matinhos, 52% e Pontal do Paraná, 27,5%. A frequência com que os proprietários se deslocam a estes municípios é praticamente semelhante nos três casos analisados e nas variáveis colocadas no questionário, sendo maior a frequência três a quatro vezes ao ano no município de Matinhos:

Tabela 2: Frequência de uso da segunda residência (%)

uso	GUARATUBA	MATINHOS	PONTAL DO PARANA
Ao menos uma vez por semana	10	10	13,8
Ao menos uma vez no mês	39	39	39
Raramente	18	25	17

Três a quatro vezes ao ano	33	41	21
Não informado	0	3	0
Total	100	100	100

Fonte: autor, a partir de dados da pesquisa, 2017

As motivações que levam as pessoas a adquirem imóveis nos municípios investigados são relacionadas com a infraestrutura existente associada com a beleza da praia, paisagem, tranquilidade, segurança, proximidade com Curitiba, viver com a família e alguns casos como herança recebida, para ter qualidade de vida, por que conhece o lugar desde adolescente, preço dos imóveis comparativamente com Santa Catarina e para surfar.

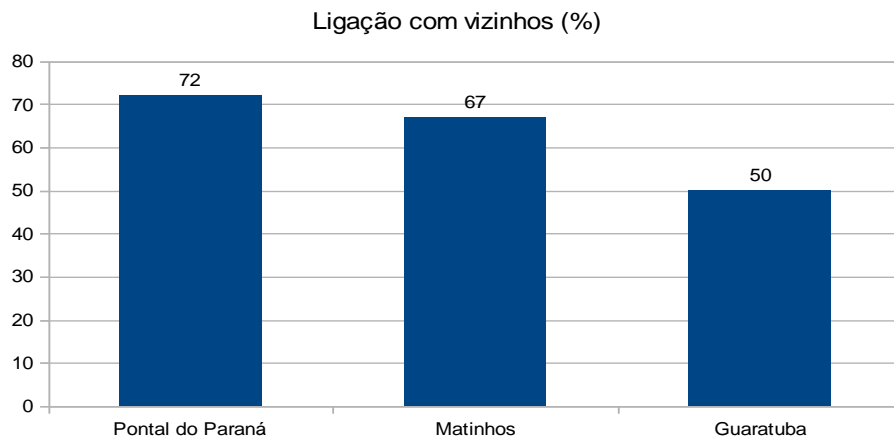
Na questão de número 10 do questionário, procurou-se saber se o fato de ter uma segunda residência provoca algumas situações relacionadas com liberdade e independência individuais, verificado pelo nível de acordo ou desacordo com as mesmas. Sobre se fomenta a liberdade e a independência do indivíduo, Guaratuba apresentou o maior índice, 57% de totalmente de acordo, seguido de Matinhos, 46% e Pontal 20%. Somados os percentuais de totalmente de acordo e de acordo, o resultado para a questão passa a ser Guaratuba 80 %, Matinhos ,96 % e Pontal 76%.

Conclui-se que no município de Matinhos as pessoas sentem-se mais livres que nos demais. Sobre se o fato de ter uma segunda residência cria problemas de adaptação, os respondentes afirmaram que em Guaratuba, 93 % não encontraram problemas, tendo sido bem aceitos pela população residente. Em Matinhos, 94 % foram bem aceitos, e em Pontal do Paraná, 73 % não tiveram problemas de aceitação, enquanto que 12 % tiveram problemas de aceitação e 15 % não responderam. Percebe-se, pelos resultados, que o nível de aceitação da comunidade receptora para com os segundo-residentes é alto, não havendo grandes diferenças entres os municípios investigados.

Sobre se o fato de ter uma segunda residência permite uma expansão da consciência e relações pessoais, em Guaratuba 79 % estão de acordo, em Matinhos 89% e em Pontal do Paraná 71 %. Também sobre favorecer a possibilidade de um intercâmbio entre a mentalidade local e outras mentalidades, em Guaratuba, responderam que estão de acordo com a afirmação 78%, em Matinhos 95% e em Pontal do Paraná, 80 %.

A questão de número 12 apresenta o grau de ligação do respondente com o vizinho de rua, vizinho da quadra, comunidade do bairro, município, o Estado do Paraná, com o Brasil, América e o Litoral do Paraná. O questionário apresenta múltipla escolha em quatro faixas, de "muito ligado", "ligado", "pouco ligado" ou "nenhuma ligação"

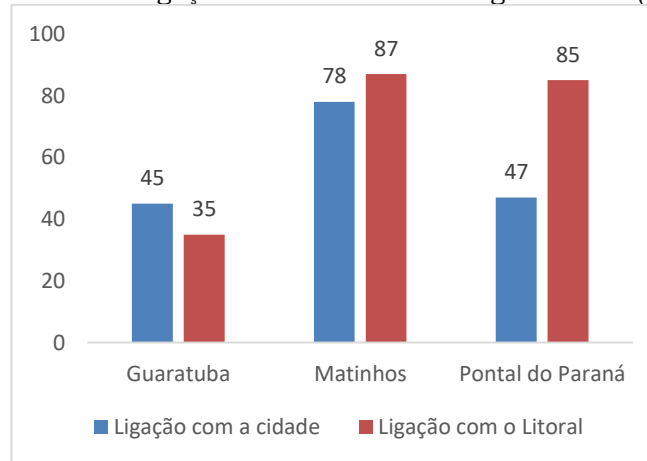
Em Guaratuba, os respondentes acham-se muito ligados aos vizinhos de rua apenas em 24% dos casos, com alguma ligação 26 %, pouco ligados 17% e nenhuma ligação,33%. Estes dados apresentam que com pouca ou nenhuma ligação representam 47 % e com alguma ligação, 50 %. Em Matinhos, muito ligados, 12 %, alguma ligação 55 %, pouco ligado 27% e nenhuma ligação 5 %. Em Pontal do Paraná, muito ligado representa 26%, alguma ligação 46 %, pouco ligado 21% e nenhuma ligação 6 %. Analisando os três municípios, verifica-se que, com um percentual de alguma ligação somada a muita ligação, Pontal apresenta 72%, Matinhos com 67% e Guaratuba com 50 %.

Grafico 1: Percentual de ligação com vizinhos

Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa, 2017.

Já a pergunta sobre a ligação com a cidade, os respondentes assim se manifestaram: Em Guaratuba, muito ligado 19%, alguma ligação 26%, pouco ligado, 21% e nenhuma ligação, 34%. Em Matinhos, muito ligado, 11%, alguma ligação, 67%, pouco ligado, 18% e nenhuma ligação, 4%. Em Pontal do Paraná, muito ligado, 9%, alguma ligação, 38%, pouco ligado, 27% e nenhuma ligação, 6%. Somando-se muito ligado com alguma ligação, chega-se ao seguinte resultado: Guaratuba, 45 %; Matinhos, 78%; Pontal do Paraná, 47 %. Percebe-se por estes dados que os respondentes possuem uma ligação maior com a cidade em Matinhos, de forma mais acentuada, e em igual valor, abaixo de 50 %, em Guaratuba e Pontal.

Perguntados sobre a ligação com o Litoral do Paraná, as respostas foram: Os de Guaratuba responderam que, entre muito ligado e alguma ligação, 35 % e 64 % de pouca ligação ou nenhuma. Os de Matinhos responderam que tem alguma ligação e muita ligação com o Litoral em 87% dos casos e somente 13 % com pouca ou nenhuma ligação. Já os respondentes de Pontal, afirmam que 85 % tem muita ou alguma ligação com o Litoral e 15 % pouco ou nenhuma, dados que aproximam Matinhos de Pontal do Paraná, mas que diferem em muito de Guaratuba. Uma das explicações possíveis seja a separação que existe pela Baía de Guaratuba, cujo acesso passa por Garuva, SC, ou pela travessia com o Ferryboat, na divisa com Matinhos, como também este município fazer divisa com o Estado de Santa Catarina.

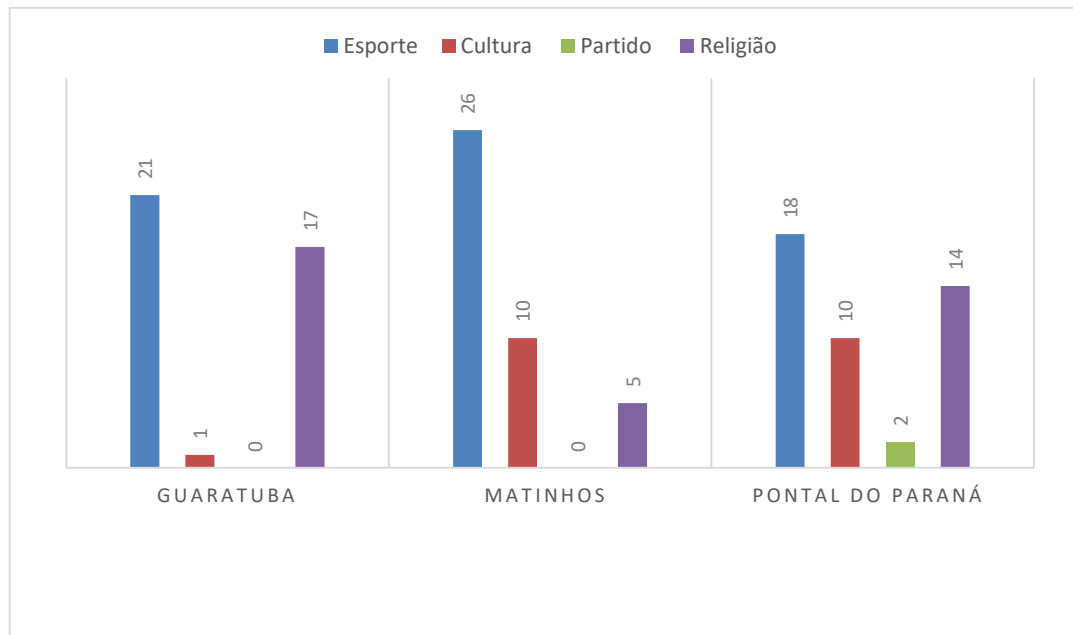
Grafico 2: Ligação com a cidade e a região Litoral(%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa, 2017

Percebe-se que em Guaratuba, a ligação com a cidade é maior do que com o Litoral, enquanto que nos demais municípios, a ligação com o Litoral supera a ligação com a cidade, sendo maior o percentual, comparativamente à cidade, em Pontal do Paraná. Uma explicação possível é que o município tem várias sedes ao longo do Litoral (Praia de Leste, Ipanema e Pontal do Sul), o que dificulta a formação de uma identidade urbana.

Sobre com quem desfruta do tempo livre, o resultado da pesquisa informa a preferência do segundo residente em estar com pessoas da própria família (Guaratuba 94%, Matinhos 92 % e Pontal 92,5%), em relações mais próximas, com vizinhos segundo-residentes (Guaratuba, 40%; Matinhos, 44 % e Pontal 49%), ou com pessoas da comunidade, amigos da cidade (Guaratuba 9%; Matinhos 32% e Pontal 31%) o que indica uma relação mais extensa que a própria família. indo além do núcleo de vizinhança e dos proprietários de segundas residências, estabelecendo relações com a população residente fixa. Guaratuba apresenta o menor índice nesta questão, o que confirma os dados anteriores de baixo índice de ligação com a cidade e menor sentimento de liberdade.

Com relação à participação associativa e política dos respondentes, o resultado confirma a pouca ou quase nula participação nas organizações locais. Em Matinhos, 90% não participa de associação de tipo cultural, mas 10 % participa, 74 % de pessoas não participam em nenhuma entidade esportiva do lugar, 26% participam em uma associação ou clube; 94 % não participa de grupo de proteção ambiental, porém 6 participam; 95% não participa de associação de tipo religioso, mas 5% participa; 99% não participa de sindicato, porém 1% participa; 100% não participa de partido político local. Em Pontal do Paraná, 81 % não participa de associação esportiva e 18 % sim; 90% não participa de associação de proteção ambiental e 10% sim; 86% não participa de associação religiosa e 14% sim; 100% não participa de sindicato; 98% não participa de partido político e 2% sim. Em Guaratuba, 99% não participa de associações culturais, 79 % não participa de associações esportivas, mas 21% participa; 100% não participa de grupo de proteção ao meio ambiente; 83 % não participa de associação de tipo religioso, mas 17 % participa; 100% não participa de sindicato, de partido político.

Gráfico 3: Participação de segundos residentes em algum tipo de associação local

Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa, 2017

Nota-se pelo gráfico 3 que as associações em que os segundo-residentes participam estão vinculadas à prática esportiva em primeiro lugar, de lazer portanto, com índices abaixo de 26 %; com a religião, praticando no local os hábitos e vínculos religiosos, mas abaixo de 20% e em terceiro lugar associações de tipo cultural, clube ou congênere, com 10 % em Matinhos e em Pontal, sendo menor em Guaratuba. A participação na vida política é praticamente nula, aparecendo somente em Pontal do Paraná, com 2 % dos entrevistados.

A questão que parece identificar um maior ou menor grau de pertencimento territorial constante do questionário é a que se refere ao lugar onde gostaria de ser enterrado. Os vínculos de parentesco neste quesito predominam. A modernidade urbana esvaziou os laços de parentesco e ancestralidade, fazendo com que a decisão sobre onde ser enterrado deixe de ser o lugar de origem ou perto dos familiares, não importando onde. Os que declararam que querem ser enterrados no lugar, são 5% em Guaratuba; 3% em Matinhos e 6 % em Pontal do Paraná. Predominou como resultado entre os respondentes o que já era esperado, de querer ser enterrado com os familiares, mantendo os vínculos de ancestralidade e parentesco, que constituem a base da família tradicional, com índices de 34% em Guaratuba, 42% em Matinhos e 52% em Pontal do Paraná. No entanto estes percentuais se aproximam daqueles citados por pessoas que não se importam onde serão enterradas, o que indica uma diminuição da força da tradição familiar e de vínculo territorial, sendo em Guaratuba 30 %, Matinhos 35 % e Pontal 18%. Quanto aos que querem ser enterrados no lugar de origem, predomina Matinhos, com 41 %, seguido de Guaratuba 29% e Pontal 22 %.

V. CONCLUSÃO

Uma vez que os segundo-residentes não nasceram nos locais onde mantêm uma segunda residência, não mantêm uma história familiar ou vínculos de experiências de infância com o território que possam identificar um relativo grau de pertencimento territorial. Em face da presença esporádica no território, acentuada na temporada, os segundo-residentes pouco possuem envolvimento com as tradições culturais que acontecem no território. As festas populares e comunitárias acontecem normalmente no inverno e são organizadas e dirigidas para os residentes. Observa-se que os resultados apontaram para relações de amizade que

ultrapassam o âmbito da família e dos vizinhos também segundo-residentes, onde ocorre uma expansão para a comunidade local.

A participação em associações do tipo esportivo, religioso e cultural denota uma não preocupação com a política local e com a perspectiva localista, dos residentes. As motivações com o gozo do lazer, com a tranquilidade do lugar e com a estética da paisagem, confirmam um interesse voltado ao hedonismo e ao individualismo, muito mais do que a perspectiva comunitária e do desenvolvimento local. O território não apresenta ligação com a produção, a geração de economia ou renda para o segundo-residente, por isso sua ligação é efêmera, tal qual acontece com as viagens turísticas.

Como o segundo-residente fica pouco tempo no local, finais de semana, feriados, até um mês na temporada, um pouco mais do que o tempo de numa viagem, mas repetidas vezes, estabelece algumas relações locais, de natureza da subsistência da família, mercado, materiais de construção, bancos, mas não chegam a definir-se como sendo de muito ou médio pertencimento local.

O fato de não desejar ser enterrado no local da segunda-residência, demonstra pouco vínculo com o território, em torno de 5 %, embora a mentalidade de “não importa onde ser enterrado”, chegue a 35 % em Matinhos.

Notou-se um pertencimento maior ao território “Litoral” do que ao município, o que demonstra um não reconhecimento de fronteiras e linhas demarcatórias de divisas de municípios. A própria presença do mar em todos os municípios, de uma forma abrangente e sem divisas, causa a percepção de um território único. Tuan afirma que “não é difícil entender a atração que exercem as orlas marinhas sobre os seres humanos. Para começar, sua forma tem dupla atração: por um lado, as reentrâncias das praias e dos vales sugerem segurança; por outro lado, o horizonte aberto para o mar sugere aventura. Além disso, o corpo humano, que normalmente desfruta apenas do ar e da terra, entra em contato com a água e a areia”. (Tuan, 1974, p. 131).

Este sentimento de acolhimento do mar aproxima o homem da natureza. Não se trata de um sentimento de aculturação a esta ou aquela comunidade, que tangencia a discussão dos conflitos e antagonismos, com os quais o segundo residente pouco se interessa ou faz questão de não se envolver, mas da perspectiva universalista de pertencer a um território onde é acolhido e onde pode exercer sua liberdade e individualidade, transitando ora como visitante e turista, ora como proprietário de imóvel e residente temporário. Esta dicotomia torna o fenômeno complexo na sua interpretação e análise.

VI. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aronsson, L. (2004): «Place Attachment of Vacation Residents: Between Tourists and Permanent Residents», en Hall, C.M. y Müller, D.K. (Eds.) *Tourism, Mobility and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground*. Channel View Publications. Clevedon, pp. 75-86.
- Assis, Lenilton Francisco de (2003). Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. *Revista Território*. Rio de Janeiro. Ano VII-nº 11,12,13-set./out.
- Assis, L. F. (2012) Entre o turismo e o imobiliário: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade - Camocim/CE. *Tese de doutorado*. Departamento de Geografia. USP.
- Bigarella, J. J. (1999). *Matinhos: homem e terra – reminiscências*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 424p.

- Bigarella, J. J. (2001). Contribuição ao Estudo da Planície Litorânea do Estado do Paraná. *Brazilian Archives of Biology and Technology: An International Journal. Jubilee Volume (1946-2001)*, p. 65-110.
- Claval, Paul. (2010) *Terra dos homens: a geografia*. São Paulo: Ed. Contexto.
- Dantas, José B.; Zanella E.W.C. & Meireles, Antônio Jeovah de A. (Orgs.). (2006). *Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, p. 289-305.
- Del Pino, Julio A. (2012) Estructuras residenciales y movilidad. Mas allá de la segunda residência. *Tesis Doctoral*, Universidad de Educacion a distancia, Madrid.
- Duval, D.T. (2004): «Mobile Migrants: Travel to Second Homes». En Hall, C.M. y Müller, D.K. (Eds.) *Tourism, Mobility and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground*. Channel View Publications. Clevedon, pp. 87-96.
- Esteves, C.J. (2011). Vulnerabilidade Socioambiental na Área de ocupação contínua do Litoral do Paraná – Brasil, *tese de doutorado em Geografia*, UFPR.
- Fonseca, M. A. (Org.) (2012). *Segunda residência, lazer e turismo*. Natal, Ed UFRN.
- Gubert, R. & Pollini, G. (1992) *L'Appartenenza territoriale tra ecologia e cultura*. Reverdito Edizioni, Trento.
- Gustafson, P. (2008), «Transnationalism in Retirement Migration: The Case of North European Retirees in Spain», *Ethnic and Racial Studies*, 31 (3), 451-475.
- Gustafson, P. (2009): «Your home in Spain: residential strategies in international retirement migration», como citado em *Lifestyle Migration: Expectations, Aspirations and Experiences*, (Benson, M. & O'Reilly, K. eds.). Surrey, Ashgate.
- Huete, R. (2009): *Turistas que llegan para quedarse. Una explicación sociológica sobre la movilidad residencial*. Alicante, Universidad de Alicante.
- Huete, R.; Mantecón, A. & Mazon T.M. (2008); De Qué Hablamos Cuando Hablamos de Turismo Residencial, *Cuadernos de Turismo*, nº 22, pp. 101-121, Universidad de Murcia, ISSN: 1139-7861.
- Jurdao, F. (1979), *España en venta: compra de suelo por extranjeros y colonización de campesinos en la Costa del Sol*, Madrid, Ayuso.
- Mantecon A. & Huete, R. (2011) Más Allá del Turismo: Movilidad Residencial Europea Y Nuevos Núcleos Urbanos, PDF, *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles* N.º 56, págs. 111-128;
- Mantecón, A. (2008a), *La experiencia del turismo. Un estudio sociológico sobre el proceso turístico-residencial*, Barcelona, Icaria.
- Mantecón, A. (2008b), «Procesos de urbanización turística. Aproximación cualitativa al contexto ideológico», *Papers. Revista de Sociología*, 89, 127-144.
- Mantecón, A. (2011), «El proceso del turismo residencial. Análisis sociopolítico de los discursos públicos desde una perspectiva cualitativa», *Empiria. Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, 21, 17-38.
- Mantecón, A; Membrado, J.C. & Huete, R. (2016). Fragmentación Socio-Espacial, Inmigración Europea y Discursos Políticos en la Provincia de Alicante. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, N.O 72, Págs. 67-90.
- Mazón, T. & Aledo, A. (2005): «El dilema del turismo residencial: ¿turismo o desarrollo inmobiliario», en Mazón, T. y Aledo, A. (Eds.) *Turismo residencial y cambio social. Nuevas perspectivas teóricas y empíricas*. Aguacilar. Alicante, pp. 13-30

- Müller, D.K. (2002): «German second homeowners in Sweden: Some remarks on the tourism-migration-nexus», *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 18, n° 1, pp. 67-86.
- O'reilly, K. (1995): «A new trend in European migration: contemporary British migration to Fuengirola, Costa del Sol», *Geographical Viewpoint*, n° 23, pp. 25-36.
- O'reilly, K. & M. Benson (eds.) (2009). *Lifestyle Migrations: Escaping to the Good Life*. Loughborough: Loughborough University.
- Oliveira E.J. & Lima, R. M. M.(2010). Segunda Residência: Um Alojamento Turístico. *Anais do Seminário Nacional de Desenvolvimento Urbano*, pdf, 1° a 3 de dezembro de 2010.
- OMT - Organização Mundial Do Turismo (2001). *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Roca.
- Pereira, A.Q. (2006). Veraneio Marítimo e Expansão Metropolitana no Ceará – Fortaleza em Aquiroz. Fortaleza, 157 p. *Dissertação (Mestrado em Geografia)*. Universidade Federal do Ceará.
- Ribeiro, H. Y. (2008) Histórico da ocupação do balneário de Caiobá: um relato sob a perspectiva da história ambiental. In.: *IV Encontro Nacional da Anppas. Anais*. 1 CD-Rom, Brasília.
- Sampaio, R. (2006a) Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário. Como citado em *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 13, p. 169-186, jan/jun. 2006. Curitiba: Editora da UFPR.
- Sampaio, R. (2006b). Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário. Curitiba, 2006. *Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná*.
- Santos, Glauber Eduardo de Oliveira. *Cálculo amostral*: calculadora on-line. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 28/3/2017)
- Silva, K. & Fonseca, M.A.P. (2010). A produção de residência secundária no litoral Oriental Potiguar - turismo e capital imobiliário, *Caderno Virtual de Turismo*, Vol. 10, N° 1.
- Silva, Kelson de Oliveira. (2010) A residência secundária e uso do espaço público no litoral oriental potiguar. Natal, 190 p. *Dissertação de Mestrado em Geografia*, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Tuan, Yi -Fu, (1980) Topofilia, *Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*, Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs, New Jersey, tradução: DIFEL I Difusão Editorial S. A.
- Tulik, O. (2001). *Turismo e meios de hospedagem – casas de temporada*. São Paulo: Roca.
- Vanhoni, F. (2009) Fachada Atlântica Sul do Brasil: dinâmica e tendências climáticas regionais no contexto das mudanças globais. Curitiba. *Dissertação de Mestrado* (Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR). 169p.
- Wachowicz, R. História do Paraná. 9. ed. Curitiba: *Imprensa Oficial do Paraná*, 2001
- WEBER, M. (1982) *Sociologia della Religione- L'etica econômica delle religione universali. Introduzione*. Milano: Comunità.

HOW TO CITE THIS ARTICLE IN BIBLIOGRAPHIE

Ernesto Brambatti L. (2018): El sentimiento de arraigo territorial en segundo-residentes en la costa del estado de Paraná, Brasil. *Rotur. Revista de Ocio y Turismo*, 12(2): 99-114, <http://www.rotur.es>, ISSN: 1888-6884